

SECRETARIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
DEBATE DO ORÇAMENTO RAM 2014

18 de dezembro de 2013

INTERVENÇÃO INICIAL

Senhor Presidente da Assembleia Legislativa da Madeira

Senhoras e senhores deputados

É com prazer que neste momento nos apresentamos no Parlamento da RAM para, no âmbito da discussão tendo em vista a aprovação do ORAM para 2014, nos referirmos de modo especial às políticas subjacentes a este mesmo orçamento que estão abrangidas pelas ares de competência atribuídas à Secretaria Regional de Educação e Recursos Humanos. Falo de áreas muito diversificadas como a educação, a educação especial, a qualificação profissional, o trabalho, a juventude, a inovação ligada à investigação e ao desenvolvimento tecnológico, as comunicações e o desporto.

ENQUADRAMENTO

1- Permitam-me que comece por observar que, sobre o enquadramento geral a nível de receitas, verificamos que, além dos impostos diretos e indiretos que estão explanados nesta proposta de ORAM 2014, as transferências do Estado se resumem a 172 milhões, a título de custos de desenvolvimento e de insularidade. Nada mais!

Esta é a situação factual! E está em desconformidade com as obrigações que constitucionalmente impendem sobre o Estado. O Estado (não a RAM!) devia assumir, conforme determina a CRP, os encargos financeiros

decorrentes da obrigação que tem de garantir a todos os portugueses, por igual (incluindo os da RAM), condições para o acesso à Educação.

Não o faz. Mas não desistimos de reclamar um direito que é de todos os madeirenses e porto-santenses.

2- O Orçamento para 2014 prevê para a Secretaria Regional da Educação e Recursos Humanos, no somatório (incluindo o PIDДАР), um total de 364.758.708 euros, o que significa 22% do total do ORAM para a Região, representando um acréscimo, em termos nominais, de 5,5 milhões de euros face ao orçamento do ano anterior.

Incluído neste montante, reconhecemos, há um peso significativo das responsabilidades com os Recursos Humanos que ascende a 270 milhões de euros, o que corresponde a cerca de 85% do orçamento FN (Funcionamento Normal).

Isso significa que teremos de ter o máximo rigor e parcimónia na gestão do nosso Orçamento, em face das muitas responsabilidades que estão acometidas a esta SRE.

QUALIDADE NA EDUCAÇÃO: ESCOLA PÚBLICA E OFERTA PRIVADA

3- Manteremos a nossa opção por defender a qualidade na Educação. E tal implica, certamente, a defesa da escola pública! E a reafirmação da nossa perspectiva sobre o conceito de escola que partilhamos: um conceito que tem que ver com a escola participada, cuja direção terá sempre de contar com contributos múltiplos e diversificados, representativos da comunidade em que se insere, capaz de imprimir dinâmicas de sucesso, em prol dos alunos que serve.

Contudo, a oferta pública de Educação de qualidade não tem de ser assegurada pela escola estatal, em termos de exclusividade.

Recusamos uma sociedade totalitarizante que não deixa espaço às iniciativas da sociedade civil! Na nossa sociedade, tem de haver um tempo para as organizações civis, para os diferentes tipos de organizações-escola, para as diferentes propostas pedagógicas. O mesmo é dizer que tem de se reservar um lugar para as iniciativas do sector público, mas também para as iniciativas do sector privado, incluindo as do ensino particular, social e cooperativo.

Só assim se dá expressão real e concreta à garantia constitucional de que é à família que compete orientar a educação dos seus filhos – sendo que para isso tem que se assegurar os mecanismos que efectivamente proporcionem a essas famílias a possibilidade de uma verdadeira liberdade de escolha. Não há garantia constitucional sem liberdade de escolha real!

Nesta linha de raciocínio, tem vindo o Governo regional a apostar na criação de condições de apoio ao ensino particular, social e cooperativo para que as famílias tenham uma real e efetiva escolha. É assim que, através dos designados “contratos de associação”, “contratos simples” ou através de “acordos de cooperação”, se tem vindo a dedicar uma considerável parte do orçamento a esta finalidade. Este ano, cifra-se em 26,7 milhões de euros o montante dedicado a este propósito, valor superior ao do orçamentado no ano anterior.

Senhor Presidente

Senhoras e senhores deputados

EDUCAÇÃO ESPECIAL

4- Já aqui tivemos oportunidade de explicar e defender a nossa visão sobre o importante papel da educação especial no âmbito do nosso sistema educativo. Pela Educação Especial executamos uma estratégia que tem em vista a realização de um objetivo mais vasto, que é garantir a todos igualdade de partida no acesso e no sucesso escolar.

Esta estratégia, para ser mais eficaz, tem mesmo de extravasar as tradicionais fronteiras do sistema escolar. Tem de envolver a sociedade e implica uma intervenção prévia ao nível da intervenção precoce, assim como o acompanhamento *a posteriori*, através dos CAO's, tendo em vista a inserção social das pessoas com NE's, após o terminus do seu enquadramento no sistema educativo formal.

Aqui há que sublinhar que este entendimento do que é a nossa missão tem uma expressão que impacta na sociedade. Porque a procura envolver, porque a procura responsabilizar – tendo, como temos, a consciência de que a inclusão só poderá verdadeiramente acontecer, com a participação e o compromisso de todos os agentes da nossa sociedade. Damos apoio a mais de 5 mil crianças, jovens e adultos, no âmbito da intervenção precoce, educação especial e dos CAO's.

5- Continuaremos este esforço... mesmo contra aqueles que entendem que deveríamos esquecer o nosso pioneirismo de 50 anos ou olvidar a excelência do trabalho dos nossos docentes e técnicos especializados e do sistema que serve de referência para tantos representantes de autoridades gestoras da Educação especial nos respectivos países que, ainda recentemente por ocasião da Semana regional da Pessoa com Necessidades Especiais, se deslocaram à Madeira, no âmbito de um programa PROALV, para conosco aprender e partilhar.

6- Temos consciência que estes quase 5.000 alunos com NEE's representam cerca de 8% da totalidade de população escolar.

E também temos consciência que aqui se incluem, indistintamente, alunos especificamente considerados com NEE's, a par de alunos com Necessidade de Apoios Pedagógicos Acrescidos.

Na verdade, temos de ter consciência que as estratégias a adoptar para cada um destes grupos devem ser diferenciadas, devendo o sistema evoluir para uma situação em que os docentes terão de ser necessariamente especializados em função do público que servem preferencialmente: NEE's ou NAA's.

A Madeira dispõe ainda assim de um interessante rácio de um docente especializado para cada 150 alunos. Rácio este que se situa numa relação de 1/500, no Continente. Acresce que em todo o sistema educativo dispomos de um número de docentes e técnicos especialistas que ascende a 680, o que aponta para um rácio de 1 docente/técnico para cada 72 alunos. Tudo indicando que há espaço para oferecer uma cada vez melhor qualidade de educação aos alunos que realmente dela precisam.

Manteremos a qualidade de intervenção que sempre tem sido assegurada ao nível das escolas. Daremos continuidade aos projetos específicos ao nível da formação profissional, da inclusão pela arte, da actividade motora adaptada, no apoio aos sobredotados, nas ajudas técnicas com o objetivo de eliminar as barreiras de alunos com deficiências ou com NEE's.

Senhor Presidente

Senhoras e senhores deputados

EDUCAÇÃO

7- Continuamos a defender uma escola humanista, que ponha a pessoa em primeiro lugar. Porque a pessoa tem de ser vista de forma completa, pluridimensional, holística.

Uma escola que também deve ser agente de mudanças, tendo em conta aquilo que da sociedade que serve espera dela.

E uma escola que é agente de mudanças também tem de ser capaz de se mudar porque é capaz de se pensar, exercer a autocrítica.

8- É com esta escola que inclui pais, parceiros sociais, agentes culturais e económicos, docentes, funcionários e alunos, é com esta escola que queremos fazer as mudanças.

9- A escola humanista não pode deixar de educar para os valores e para a cidadania, privilegiando sempre a cultura do respeito pelo outro, implementando medidas indutoras das boas regras de convivalidade escolar.

A escola humanista, porque é para pessoas, tudo tem de fazer para garantir a segurança dos seus alunos - em casa, na rua e na escola. A escola é um espaço de segurança, com projetos de segurança e emergência elaborados em todas elas.

10- Esta é a escola humanizada que queremos! Sem nos esquecermos contudo que é preciso valorizar a acção concreta que a escola deve desenvolver no sentido de potenciar a melhoria dos resultados escolares dos seus alunos.

Centrar o esforço da escola na aprendizagem dos saberes fundamentais relacionados com a língua portuguesa e a matemática, bem como com a língua estrangeira, é uma estratégia importante por estes saberes serem basilares relativamente ao universo da formação dos alunos.

11- Teremos uma aposta no rigor, ao aderirmos ao projeto *Key for Schools*, que dará a oportunidade a todos os alunos de aferir os seus conhecimentos em inglês, no 9.º ano, acedendo a uma importante e prestigiada certificação com impacto internacional.

Senhor Presidente

Senhoras e senhores deputados

12- A nossa sociedade tem sido afectada ao longo dos anos e décadas por uma significativa redução de nascimentos registados na RAM.

Cumpre-nos alertar para um problema que deve ser tratado de forma transversal e que ninguém está isento de participar neste debate. Mas a verdade é que no imediato vivemos numa situação que tem ditado uma redução de alunos esperada no nosso sistema, em cerca de 1300 alunos por ano, nos próximos anos.

Defendemos que esta circunstância potencia também o “lançar mão” aos recursos humanos existentes com o fim de proporcionarmos mais respostas educativas, mais ricas e variadas, o que é dizer potenciar o sucesso escolar dos nossos alunos.

Mas é também necessário reconhecer que temos de fazer um exercício parcimonioso na gestão dos dinheiros públicos e adequar o número de docentes às necessidades existentes.

13- Contamos com os professores para vencer a batalha da qualificação dos madeirenses e porto-santenses, lutando pelo sucesso educativo no combate ao insucesso escolar. Fazê-lo é também defender a dignidade e a relevância do desempenho dos docentes na nossa sociedade.

REDE ESCOLAR

14- A oferta da rede educativa, tanto no pré-escolar, como nas infraestruturas de ensino, constitui uma base que consubstancia a qualidade da educação que pretendemos assegurar.

Foram lançadas, no passado, numerosas obras no que à Educação diz respeito. É tempo, agora, de assegurar a sua manutenção em condições óptimas de utilização.

Casos há em que mesmo assim se revelam de extrema urgência intervir, seja para a recuperação de instalações vetustas, como na EBS Pe. Manuel Álvares, na Ribeira Brava ou na EBS Professor Doutor Francisco Freitas Branco, no Porto Santo, seja até para acorrer preventivamente a potenciais danos derivados de instalações com fibrocimento, como é o caso da EB1C+PE do Tanque, Santo António.

15- O sistema educativo da RAM garante a todas as crianças e alunos o acesso aos serviços sociais, nomeadamente aos transportes, alimentação, seguro, livros e mensalidades subsidiadas.

O acesso aos serviços diferencia as famílias consoante o seu escalão apurado pelos serviços sociais. Situam-se no escalão 1 e 2 cerca de 50% do total de alunos que frequentam o sistema educativo, num valor equivalente ao do ano anterior.

O ORAM 2014 tem, em linha com esta filosofia, a garantia de que todos os que mais precisam destes apoios os encontrarão.

DESPORTO

16- Quanto ao desporto, reafirmamos as grandes apostas do programa do Governo Regional nesta área. Continuamos a dar cumprimento do PRAD. Registamos a recuperação nos pagamentos referentes aos contratos de

2012, anteriores ao PRAD e referentes às épocas desportivas de 2010/2011 e 2011/2012. Da mesma forma, salientamos a recuperação de dívidas anteriores a 2011/2010, cujo processo já se iniciou e terá continuidade logo no mês de Janeiro de 2014.

Tudo isto num quadro de cumprimento das obrigações assumidas em sede de PAEF no que diz respeito a reduções nos apoios ao desporto.

Neste quadro, convém destacar o empenhamento de clubes, associações e dirigentes que, mesmo em circunstâncias difíceis, deram cabal desenvolvimento dos projectos relacionados com os quadros competitivos nas diferentes modalidades e escalões.

Com eles, pusemos em prática as grandes opções do Programa de Governo proposto para o desporto, traduzida no apoio ao desporto profissional, às modalidades de relevo, à formação, sem deixar de incluir o desporto escolar, o desporto sénior, o desporto para todos e o desporto de lazer – natureza e turismo.

Com eles, iremos projectar a Madeira e o desporto regional para níveis de excelência, a nível nacional e internacional.

17- Queremos chegar longe. Mas poderíamos ir ainda mais longe se, mais uma vez, o Estado também nesta matéria, cumprisse aquilo que é sua obrigação constitucional: assegurar as responsabilidades financeiras inerentes à aplicação do princípio da Continuidade territorial. O Estado falha. A RAM continuará a apoiar os nossos atletas e clubes.

Senhor Presidente

Senhoras e senhores deputados

JUVENTUDE

18- Quanto à política de juventude, continuamos a apostar na participação por parte dos jovens, individualmente considerados ou numa lógica de diálogo estruturado com as suas organizações representativas, com especial referência para o Conselho de Juventude da Madeira. Igualmente se dará seguimento aos programas projectados, no âmbito do “Jovem em Formação”, “Juventude Activa”, a par dos programas de mobilidade juvenil de âmbito nacional e europeu.

As pousadas de juventude e as lojas de juventude têm um papel importante no desenvolvimento da política do GRM para a juventude. Paralelamente, o apoio concedido aos jovens que frequentam o ensino superior, na região ou fora, continuarão a auferir dos apoios previstos. Igualmente sendo de importância a acção desenvolvida pelas casas da Madeira no continente, no apoio a estes e a outros madeirenses.

Senhor Presidente

Senhoras e senhores deputados

IDT&I

20- A aposta na investigação e no desenvolvimento tecnológico relacionado com a inovação é a nossa janela para o futuro.

Com a criação da ARDITI, munimos o nosso sistema regional de um instrumento capital para a estratégia de desenvolvimento do plano para a investigação e desenvolvimento tecnológico e inovação da RAM.

Importa, neste contexto, realçar o trabalho já desenvolvido – com a criação de um observatório oceânico da Madeira, com o reforço nada sua intervenção na área agro-alimentar e com o apoio concedido na

investigação relacionada com as TIC. Trata-se de uma estratégia inteligente para fixar talentos na RAM e simultaneamente promover o emprego científico que já proporcionou 20 bolsas para investigação em áreas como a biologia, a oceanografia, a bioquímica, a informática e o design.

Próximas iniciativas estão em preparação e contamos que tenham execução no próximo ano – nomeadamente nas áreas do turismo e das doenças emergentes, estas em colaboração com a Uma.

Senhor Presidente

Senhoras e senhores deputados

21- Sabemos que estão prestes a ser disponibilizados pela UE os meios financeiros que permitirão atingir as metas do Horizonte 2020. Em matéria de IDT&I, é significativo o montante que nos pode abrir portas para o futuro. E é, desde já, de realçar o sucesso da candidatura do projecto do M-ITI que, fora do financiamento carreado através do Estado Português, obteve um financiamento de 2,3 milhões de euros, para desenvolver projectos na área das tecnologias interactivas.

É um sucesso da cooperação com vários parceiros institucionais na Europa. E é um sucesso que nos faz acreditar nas candidaturas que virão...

Senhor Presidente

Senhoras e senhores deputados

TRABALHO

22- O Trabalho é para todos nós a forma de assegurarmos o sustento, mas também a forma de nos realizarmos como seres humanos. O trabalho digno, no sentido de ser exercido em condições que respeitam o

trabalhador enquanto pessoa, é aspiração civilizacional que devia ser de todos nós.

Desde sempre, as relações de trabalho tiveram subjacentes interesses divergentes entre as partes contratantes. Mas sempre as partes souberam encontrar plataforma de entendimento comum que as levaram a acordos duradouros e justos, pois só as relações de justiça prevalecem no tempo.

O ano de 2014, prevêem as diversas fontes, será de algum crescimento face ao ano anterior, já em terrenos positivos, embora próximos do zero.

O diálogo social afigura-se difícil. Mas estamos certos que em conjunto superaremos as dificuldades – recorrendo a soluções equitativas, gerando os equilíbrios possíveis potenciadores de consensos.

Continuamos a acreditar no diálogo social, valorizando a intervenção de empregadores e trabalhadores no processo, através das organizações suas representativas. A intervenção do Governo terá de continuar a acontecer numa lógica de promover o diálogo e de procurar consensos entre as partes . Estamos seguros do princípio de que cada um é o melhor juiz de si próprio e acreditamos que só com base na autonomia da vontade das partes se pode construir acordos geradores de uma desejável paz social que contribua para a estabilidade das relações laborais e para o sucesso das empresas, da economia.

23- O cenário macroeconómico tem vindo a evoluir paulatinamente. E continua a ser necessário, na nossa perspectiva que os governos da república e ao nível da UE, em acção sistémica e concertada, desenvolvam políticas deliberadamente promotoras do crescimento económico, capazes de criar emprego, levando a que se viabilizem melhores condições de trabalho.

Esta será uma forma de dar esperança aos jovens madeirenses e portosantenses. De dar um sinal de vale a pena apostar em formação, porque a força do seu trabalho é aqui necessário; de que a Madeira é lugar de realização pessoal e profissional para os jovens recém-formados.

Senhor Presidente

Senhoras e senhores deputados

24- Concluo afirmando que o programa de governo para as áreas tuteladas pela SRE será cumprido no ano de 2014 com base no ORAM aqui apresentado, sem que deixemos de estar atentos, como sempre o fizemos, às incidências que se vão apresentando durante a sua execução. Com bom senso político, teremos sempre de encontrar as soluções mais adequadas mesmo perante os condicionalismos eventualmente inesperados.

Pois a nossa obrigação não é agir e decidir nas condições que escolhemos ou que preferimos. O nosso compromisso é o de agir e de decidir nas condições que existem e que muitas vezes não dependem das nossas escolhas. Não podemos delegar esta tarefa.

Fico

Senhor Presidente

Senhoras e senhores deputados

Ao dispor de Vexas para os esclarecimentos que entendam solicitar.